EVASÃO ESCOLAR EM ESCOLAS RURAIS: UMA ANÁLISE ESTRUTURAL E MULTIFATORIAL DAS DESIGUALDADES DE PERMANÊNCIA NO CAMPO

Autores

Carmem Lucia Dos Santos[1]

Yara Figueiredo Dan[2]

Edival Dan[3]

RESUMO

Este artigo analisa a evasão escolar em escolas rurais a partir de uma abordagem estrutural e multifatorial, centrada na articulação entre vulnerabilidade socioeconômica, desigualdades territoriais e limitações institucionais da oferta educacional no campo. O problema de pesquisa consiste em compreender de que modo esses fatores, longe de operarem isoladamente, se combinam na produção de trajetórias marcadas pela interrupção da escolarização. O objetivo é examinar os mecanismos pelos quais a permanência escolar se torna socialmente mais frágil em contextos rurais marcados por dispersão territorial, precariedade infraestrutural e cobertura estatal insuficiente. Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo, de natureza empírica, desenvolvido por meio de análise documental de materiais oriundos de pesquisa de doutorado realizada em escolas rurais de São Sebastião/AL. A interpretação do corpus foi organizada a partir de três categorias analíticas: vulnerabilidade socioeconômica, desigualdades territoriais e limitações institucionais. Os resultados indicam que a evasão escolar rural não decorre de um fator isolado, mas de um processo cumulativo de desproteção escolar, no qual pobreza, dificuldades de mobilidade, baixa conectividade e fragilidade das políticas educacionais se reforçam mutuamente. Como contribuição, o artigo propõe compreender a evasão escolar no campo como expressão territorializada da desigualdade educacional, recusando leituras individualizantes e recolocando o debate no plano das determinações estruturais.

Palavras-chave: Evasão escolar rural; Desigualdade educacional; Permanência escolar; Vulnerabilidade socioeconômica; Educação do campo.

SCHOOL DROPOUT IN RURAL SCHOOLS: A STRUCTURAL AND MULTIFACTORIAL ANALYSIS OF INEQUALITIES IN SCHOOL PERMANENCE IN THE COUNTRYSIDE

ABSTRACT

[1] Doutora em Ciências da Educação. *Universidad de Desarrollo Sustentable UDS*/PY. emebdc@gmail.com

[2] Pós-doutorado em Ciências da Educação. *Universidad de Desarrollo Sustentable UDS*/PY. yfdan@uol.com.br

[3] Pós-doutorado em Ciências da Educação. *Universidad de Desarrollo Sustentable UDS*/PY. edivaldan@uol.com.br

This article examines school dropout in rural schools through a structural and multifactorial approach focused on the interplay between socioeconomic vulnerability, territorial inequalities, and institutional limitations of educational provision in the countryside. The research problem lies in understanding how these factors, rather than acting in isolation, combine to produce trajectories marked by school interruption. The objective is to analyze the mechanisms through which school permanence becomes socially fragile in rural contexts shaped by territorial dispersion, infrastructural precariousness, and insufficient state provision. Methodologically, this is a qualitative empirical study based on documentary analysis of materials derived from doctoral research conducted in rural schools in São Sebastião, Alagoas, Brazil. The corpus was interpreted through three analytical categories: socioeconomic vulnerability, territorial inequalities, and institutional limitations. The findings indicate that rural school dropout does not result from a single cause, but from a cumulative process of school disaffiliation in which poverty, mobility barriers, low connectivity, and weak educational policies reinforce one another. As its main contribution, the article proposes understanding rural school dropout as a territorialized expression of educational inequality, rejecting individualizing explanations and relocating the debate within the framework of structural determinants.

Keywords: *rural school dropout; educational inequality; school permanence; socioeconomic vulnerability; rural education.*

1 INTRODUÇÃO

A evasão escolar em escolas rurais não pode ser tratada como simples falha de percurso individual, tampouco como evento residual dentro do sistema educacional brasileiro. Nos territórios do campo, a interrupção da escolarização costuma emergir em contextos nos quais o acesso formal à matrícula convive com obstáculos persistentes à permanência: distâncias longas, mobilidade precária, vulnerabilidade econômica, infraestrutura escolar limitada e políticas públicas insuficientemente sensíveis à especificidade territorial. Por isso, compreender a evasão escolar rural exige deslocar o olhar da conduta isolada do estudante para as condições sociais que tornam a continuidade da trajetória escolar materialmente incerta. Arroyo, Caldart e Molina (2004) sustentam que a educação do campo precisa ser pensada a partir das relações sociais que produzem desigualdades territoriais; Favareto (2006), por sua vez, mostra que as dinâmicas do rural contemporâneo não podem ser dissociadas das transformações do trabalho, da circulação e do acesso desigual a direitos. Nesse enquadramento, a evasão deixa de ser mero indicador administrativo e passa a funcionar como sintoma de uma distribuição desigual das condições de escolarização.

Esse deslocamento teórico é decisivo porque há, na literatura sobre abandono escolar, uma tensão persistente entre leituras individualizantes e interpretações estruturais. Parte dos estudos enfatiza motivação, desempenho, vínculo subjetivo com a escola e decisões familiares.

Outra parte insiste que esses elementos, embora relevantes, só se tornam inteligíveis quando relacionados à organização social das oportunidades educacionais. No caso do meio rural, essa segunda vertente parece analiticamente mais fecunda. As desigualdades do campo não se resumem à escassez de renda; elas incluem acesso desigual à mobilidade, à conectividade, aos serviços públicos e a formas institucionais estáveis de proteção escolar. A escola, nesses contextos, não atua sobre uma superfície homogênea. Ela opera em territórios marcados por assimetrias históricas entre campo e cidade, o que altera tanto os custos da permanência quanto os sentidos atribuídos à experiência escolar.

Embora a produção acadêmica sobre educação do campo tenha se ampliado nas últimas décadas, ainda são relativamente escassos os trabalhos que analisam a evasão escolar rural mediante uma chave integrada, articulando simultaneamente dimensões socioeconômicas, territoriais e institucionais. Com frequência, a literatura examina esses fatores de forma compartimentada: ora sublinha a pobreza das famílias, ora destaca problemas de transporte, ora denuncia a precariedade da escola. O resultado é um mosaico explicativo útil, mas ainda insuficiente para apreender o mecanismo pelo qual tais dimensões se reforçam mutuamente. A lacuna, portanto, não está apenas na identificação dos fatores, mas na formulação de uma moldura analítica capaz de explicar sua convergência.

O problema de pesquisa deste artigo consiste, assim, em responder à seguinte questão: como desigualdade social, vulnerabilidade socioeconômica, limitações infraestruturais e insuficiências institucionais se articulam na produção da evasão escolar em escolas rurais? A hipótese sustentada é que o abandono escolar, nesses contextos, resulta menos de escolhas individuais isoladas do que da acumulação de privações objetivas e fragilidades persistentes da política educacional dirigida ao campo. Em outras palavras, a evasão não aparece como acidente periférico do sistema, mas como consequência provável de uma escolarização oferecida em territórios desiguais sem condições equivalentes de permanência.

O objetivo do estudo é analisar os fatores estruturais que incidem sobre a evasão escolar em escolas rurais, com ênfase nas condições socioeconômicas das famílias, nas desigualdades territoriais e nas limitações institucionais da oferta educacional. Ao fazê-lo, o artigo procura demonstrar que a permanência escolar no campo depende de uma ecologia social e institucional distinta daquela pressuposta pelo modelo urbano dominante. Caldart (2009) e Fernandes e Molina (2004) já indicavam, por caminhos distintos, que a educação do campo não pode ser separada de questões relativas ao território, ao trabalho, à política pública e à reprodução social. A contribuição científica do texto reside justamente em transformar essa

intuição em proposição analítica: a evasão escolar rural deve ser lida como expressão territorializada de um regime cumulativo de vulnerabilidades que torna a permanência escolar estruturalmente mais frágil.

2 METODOLOGIA

Este artigo caracteriza-se como estudo qualitativo, de natureza empírica e orientação analítica, desenvolvido com base em reinterpretação documental de materiais produzidos no âmbito de pesquisa de doutorado realizada em escolas rurais do município de São Sebastião, no estado de Alagoas. Em vez de produzir nova coleta de campo, o estudo retoma um conjunto documental já constituído e o interroga a partir de outro problema analítico: não mais a gestão da formação continuada em sentido estrito, mas as mediações estruturais associadas à permanência e à interrupção das trajetórias escolares no campo. Essa opção metodológica parte da compreensão de Creswell (2014) de que pesquisas qualitativas são especialmente adequadas para examinar fenômenos sociais complexos, nos quais sentidos, processos e relações importam tanto quanto resultados observáveis.

O corpus documental foi composto por registros institucionais das escolas investigadas, documentos pedagógicos, relatórios educacionais, dados administrativos e materiais analíticos produzidos ao longo da pesquisa-base. A seleção dessas fontes não seguiu lógica meramente acumulativa, mas critério de pertinência ao problema de pesquisa aqui formulado. Foram priorizados documentos capazes de revelar condições de permanência escolar, barreiras recorrentes à frequência, limitações da oferta educacional e elementos que permitissem inferir relações entre desigualdades sociais, território e funcionamento institucional da escola. A escolha pelo material documental responde ao interesse de examinar não apenas discursos explícitos sobre evasão, mas também marcas indiretas de fragilização da escolarização, muitas vezes dispersas em registros administrativos, relatórios e evidências organizacionais.

A análise documental foi adotada como estratégia central de investigação porque, como observa Cellard (2008), esse procedimento permite examinar fontes heterogêneas de maneira crítica, reconstruindo os contextos sociais e institucionais nos quais determinado fenômeno se inscreve. Aqui, a documentação não foi tratada como espelho neutro da realidade, mas como vestígio institucional de processos mais amplos. Essa postura evita uma leitura ingênua da fonte e reforça o caráter interpretativo da pesquisa. O interesse não esteve em contar a quantidade de documentos que mencionavam determinado problema, mas em

identificar padrões explicativos, recorrências temáticas e nexos entre situações aparentemente distintas.

Para orientar a interpretação, foi mobilizada a proposta de Bowen (2009), segundo a qual a análise documental envolve, de forma articulada, seleção das fontes, organização dos dados e interpretação das evidências encontradas. No presente estudo, esse procedimento foi operacionalizado em três movimentos. Primeiro, realizou-se a leitura sistemática do corpus, com atenção às ocorrências ligadas à frequência, às condições de permanência e aos obstáculos cotidianos da escolarização. Depois, os materiais foram organizados à luz de três categorias analíticas iniciais: vulnerabilidade socioeconômica, desigualdades territoriais e limitações institucionais. Por fim, essas categorias foram refinadas na interação com o corpus, de modo a evitar que funcionassem como moldes rígidos previamente fechados.

A opção por essas categorias decorre de sua capacidade de articular dimensões distintas do problema. A primeira diz respeito às condições materiais de vida das famílias, aos custos diretos e indiretos da escolarização e à pressão que a precariedade econômica exerce sobre o tempo, as expectativas e as possibilidades concretas de permanência. A segunda concentra-se na materialidade territorial da escolarização rural, considerando distância, transporte, infraestrutura viária, conectividade e acesso a serviços públicos elementares. A terceira volta-se ao papel da própria instituição escolar e da política educacional, observando em que medida a escola dispõe, ou não, de recursos, estrutura e capacidade institucional para conter processos de desligamento progressivo.

É importante assinalar os limites do desenho metodológico. Por derivar de reanálise documental de pesquisa anterior, o estudo não pretende oferecer generalizações estatísticas sobre a evasão escolar em todo o meio rural brasileiro. Seu alcance é analítico e interpretativo. O que se busca é produzir uma explicação teoricamente consistente, fundada em material empírico situado, sobre como diferentes formas de desigualdade se articulam na produção da evasão em escolas rurais. Essa delimitação, longe de reduzir a relevância do trabalho, reforça a validade de sua contribuição: mostrar, com base em contexto concreto, como o abandono escolar emerge de mecanismos sociais estruturados e não apenas de déficits individuais.

3 RESULTADOS

3.1 VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E EROSÃO DA PERMANÊNCIA ESCOLAR

A análise documental revela que a vulnerabilidade socioeconômica das famílias constitui um dos principais vetores de fragilização da permanência escolar. Nos materiais examinados, a precariedade de renda, a insuficiência de recursos básicos e a necessidade de participação dos estudantes em atividades vinculadas à sobrevivência doméstica aparecem não como pano de fundo distante, mas como elementos que atravessam diretamente a experiência escolar. Nesses contextos, a frequência à escola deixa de ser sustentada apenas pela obrigação institucional e passa a depender da capacidade familiar de absorver custos explícitos e implícitos da escolarização. A literatura de Neri (2009), Frigotto (2021) e Sen (2010) ajuda a compreender esse quadro: a desigualdade educacional não decorre apenas da ausência de matrícula, mas da distribuição desigual das capacidades materiais que tornam a continuidade dos estudos efetivamente possível.

Os documentos também sugerem que a carência econômica produz efeitos simbólicos importantes sobre a permanência. Quando a vida cotidiana é pressionada por urgências imediatas, a escola tende a perder centralidade como horizonte de futuro, sobretudo se não oferece sinais concretos de mobilidade ou reconhecimento. Charlot (2000), ao discutir a relação com o saber, mostra que a permanência escolar depende do sentido atribuído à experiência de aprender; Dubet (2008), por outro lado, chama atenção para o fato de que instituições desiguais distribuem expectativas desiguais. No caso das escolas rurais analisadas, esses dois planos se cruzam: a vulnerabilidade material não apenas dificulta a frequência, mas corrói a crença de que o investimento escolar possa produzir efeitos reais. O abandono, então, deixa de aparecer como decisão abrupta e passa a configurar-se como desligamento progressivo.

3.2 DESIGUALDADES TERRITORIAIS E BARREIRAS MATERIAIS À ESCOLARIZAÇÃO

A segunda regularidade identificada no corpus refere-se ao peso das desigualdades territoriais na organização da permanência escolar. Longas distâncias entre residência e escola, dependência intensa do transporte escolar, precariedade de vias de acesso, comunicação limitada e baixa oferta de serviços públicos compõem um cenário no qual o direito formal à educação convive com condições materiais instáveis de exercício desse direito. Em áreas rurais, a escola existe, mas o caminho até ela frequentemente é caro, incerto e desgastante. Esse achado confirma a formulação de Arroyo, Caldart e Molina (2004): a educação do campo

não pode ser lida a partir de parâmetros urbanos universalizados, porque o território não é simples cenário; ele participa ativamente da produção das desigualdades educacionais.

O problema se intensifica quando se observa que tais barreiras territoriais não operam apenas no deslocamento físico. A baixa conectividade, a intermitência no acesso à eletricidade e a dificuldade de comunicação ampliam a distância entre matrícula e participação efetiva. Esse aspecto tornou-se ainda mais visível no contexto pós-pandêmico. Quando parte da experiência escolar passou a depender de recursos digitais, a desigualdade territorial converteu-se imediatamente em desigualdade de acesso às mediações pedagógicas. Hage (2014) e Souza (2012) convergem nesse ponto: a exclusão digital no campo não representa mero atraso tecnológico, mas forma específica de exclusão educacional. A permanência escolar, nesses termos, depende tanto da existência da escola quanto da infraestrutura territorial que possibilita manter vínculos com ela.

3.3 FRAGILIDADE INSTITUCIONAL DA ESCOLA RURAL

A terceira dimensão recorrente é a limitação institucional da própria oferta educacional. O material examinado registra carência de recursos pedagógicos, infraestrutura escolar insuficiente, cobertura irregular de políticas públicas, dificuldades de formação docente e baixa capacidade estatal de responder às especificidades territoriais do campo. Essa constatação é decisiva porque mostra que a escola rural nem sempre consegue desempenhar função compensatória diante das desigualdades sociais externas; em certas circunstâncias, ela própria reproduz a fragilidade estrutural que deveria mitigar. Dubet (2008) já advertia que a escola não neutraliza automaticamente diferenças sociais, enquanto Arroyo (2004) e Frigotto (2021) insistem que políticas fragmentadas tendem a perpetuar assimetrias históricas.

Mais do que insuficiência material isolada, o que emerge do corpus é uma limitação institucional de resposta. A escola rural opera, muitas vezes, em ambiente de baixa densidade estatal, no qual faltam mecanismos duradouros de acompanhamento, suporte e contenção do desligamento escolar. Isso significa que, quando o estudante começa a se afastar da rotina pedagógica, a instituição dispõe de poucos recursos para interromper esse processo. A evasão, nesse cenário, não decorre apenas da vulnerabilidade da família ou do território; ela se amplia porque a escola encontra dificuldade para funcionar como núcleo estável de proteção educacional.

3.4 CONVERGÊNCIA ENTRE FATORES E ACUMULAÇÃO DE VULNERABILIDADES

O achado mais importante da análise é que essas três dimensões não atuam separadamente. A vulnerabilidade econômica amplia o peso das distâncias e dos custos de deslocamento; as desigualdades territoriais intensificam os efeitos da baixa cobertura de políticas públicas; a fragilidade institucional da escola reduz sua capacidade de compensar privações sociais e conter o processo de afastamento. O abandono escolar, portanto, não emerge de causalidade simples, mas de regime cumulativo de vulnerabilidades.

Essa convergência altera o modo de compreender a evasão escolar rural. O problema não está apenas em "faltar" renda, transporte ou estrutura escolar. O ponto central é que faltas distintas se reforçam mutuamente até tornar a permanência socialmente improvável. Sob essa perspectiva, a evasão deve ser entendida como processo de desproteção escolar territorialmente organizado, e não como resposta individual desvinculada do contexto. É justamente essa combinação, e não cada variável isolada, que confere maior densidade explicativa ao fenômeno.

4 DISCUSSÃO

4.1 EVASÃO ESCOLAR RURAL COMO PRODUÇÃO ESTRUTURAL DA DESIGUALDADE

Os resultados permitem sustentar que a evasão escolar em escolas rurais é expressão de desigualdades estruturalmente produzidas. Esse ponto merece destaque porque altera o nível da explicação. Quando o abandono é atribuído à falta de interesse do estudante ou a supostas insuficiências da família, a análise permanece restrita ao plano comportamental. Quando, ao contrário, ele é interpretado a partir da articulação entre renda, território e capacidade institucional, o problema desloca-se para a arquitetura social que distribui de maneira desigual as chances de permanência. É nesse plano que Bourdieu e Passeron (1975) oferecem contribuição decisiva: a escola tende a transformar desigualdades prévias em desigualdades legitimadas. No caso rural, contudo, essa reprodução não é apenas simbólica; ela é agravada por barreiras materiais que estreitam a experiência escolar desde sua base.

A leitura de Sen (2010) aprofunda esse argumento ao mostrar que a pobreza deve ser compreendida como privação de capacidades. O estudante rural não enfrenta somente escassez de renda, mas redução efetiva de possibilidades de mobilidade, participação, continuidade e acesso aos meios concretos da escolarização. O abandono escolar, portanto, não expressa apenas interrupção de uma trajetória, mas restrição de liberdade socialmente produzida.

Quando o Estado oferece escolarização sem assegurar condições equivalentes de permanência, o direito à educação permanece formalmente enunciado, mas substancialmente fragilizado.

4.2 ENTRE INTERPRETAÇÕES INDIVIDUALIZANTES E LEITURA TERRITORIAL DA PERMANÊNCIA

A literatura sobre abandono escolar abriga uma tensão importante. Há abordagens que sublinham desempenho, motivação, vínculo subjetivo com o saber e decisão familiar. Há outras que enfatizam a centralidade das estruturas sociais, das políticas públicas e das desigualdades territoriais. O material analisado aproxima-se nitidamente da segunda vertente, embora não exija o descarte total da primeira. Charlot (2000) é útil aqui: a relação com o saber importa, sim, para compreender a permanência escolar. O problema é imaginar que tal relação se forma no vazio. Ela depende de reconhecimento, de horizonte de futuro e de condições objetivas mínimas para que a escolarização faça sentido.

É nesse ponto que as interpretações individualizantes se mostram insuficientes para explicar a evasão escolar rural. Neri (2009) evidencia o peso dos fatores econômicos; Hage (2014) mostra como a precariedade estrutural das escolas do campo agrava os limites da permanência; e Frigotto (2021) enfatiza a reprodução de assimetrias por políticas fragmentadas. O que essa convergência sugere é simples e incômodo: a motivação individual, por mais relevante que seja, é moldada por estruturas que distribuem oportunidades de forma radicalmente desigual. A leitura territorial, por sua vez, tem a vantagem de mostrar que o campo não é apenas “mais distante” ou “mais pobre”. O território reorganiza o funcionamento da própria experiência escolar. Molina e Antunes-Rocha (2014), assim como Caldart (2009), indicam que dispersão populacional, infraestrutura precária e baixa conectividade alteram tanto a capacidade de resposta institucional quanto os próprios custos de permanecer na escola. Isso significa que a permanência rural depende de uma ecologia institucional distinta daquela pressuposta pelo modelo urbano dominante.

4.3 PROPOSIÇÃO ANALÍTICA: EVASÃO COMO ACUMULAÇÃO TERRITORIALIZADA DE VULNERABILIDADES

A principal síntese interpretativa deste artigo pode ser formulada nos seguintes termos: a evasão escolar rural constitui forma territorializada de acumulação de vulnerabilidades. A expressão importa porque evita duas reduções frequentes. A primeira é monocausal: supor que um único fator explique o abandono. A segunda é abstratamente universalista: imaginar que as

mesmas políticas e os mesmos dispositivos produzam efeitos equivalentes em contextos radicalmente distintos. Os resultados mostram que pobreza, distância, serviços públicos insuficientes, conectividade precária e baixa capacidade institucional não apenas coexistem. Eles se reforçam, organizando um ciclo de desproteção escolar que fragiliza a permanência.

Essa formulação permite também redefinir a contribuição científica do artigo. Em vez de apenas reiterar que estudantes rurais enfrentam obstáculos, o texto propõe que a evasão seja lida como índice crítico da insuficiência estatal de reconhecer a especificidade social, territorial e institucional do campo. A questão não é apenas ampliar acesso, mas garantir condições substantivas de permanência. Quando essas condições não existem, a inclusão tende a ser estatística, e não efetiva. Nessa chave, o abandono escolar deixa de ser problema periférico da gestão educacional e passa a revelar os limites históricos de uma política que universaliza normas, mas não universaliza os meios concretos de realizá-las.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou demonstrar que a evasão escolar em escolas rurais não pode ser compreendida adequadamente por meio de explicações isoladas, centradas apenas em comportamento individual, desinteresse discente ou baixo desempenho. A análise do material documental indicou que o abandono escolar emerge da articulação entre vulnerabilidade socioeconômica, desigualdades territoriais e limitações institucionais da oferta educacional. O problema, portanto, não reside em um fator único, mas em uma combinação persistente de privações que torna a permanência escolar estruturalmente mais frágil.

A primeira conclusão do estudo é que a pobreza, no contexto rural, produz efeitos mais amplos do que a mera escassez de renda. Ela reorganiza o uso do tempo, reduz a margem de investimento na escolarização, enfraquece horizontes de futuro e amplia a competição entre escola e sobrevivência imediata. A segunda é que o território opera como componente ativo da desigualdade educacional. Distância, transporte, infraestrutura viária e conectividade não constituem elementos acessórios; eles integram a própria estrutura do problema. A terceira conclusão é que a escola rural, em contextos de baixa densidade estatal, nem sempre dispõe de recursos institucionais para exercer função compensatória diante dessas desigualdades, o que intensifica o risco de desligamento progressivo.

A contribuição analítica do artigo está em propor que a evasão escolar no campo seja interpretada como forma de desproteção escolar territorialmente organizada. Essa leitura permite superar abordagens fragmentadas e recoloca o debate em plano mais explicativo do

que descritivo. Em vez de perguntar apenas quem abandona a escola, torna-se necessário indagar quais condições sociais tornam o abandono mais provável e mais normalizado em determinados territórios.

Do ponto de vista das políticas públicas, os resultados sugerem que estratégias eficazes de enfrentamento da evasão escolar rural não podem restringir-se a intervenções pedagógicas internas ou ao monitoramento de desempenho. É necessário articular política educacional, transporte escolar, inclusão digital, infraestrutura territorial e fortalecimento institucional da escola do campo. Sem isso, o direito à educação tende a permanecer formalmente assegurado e materialmente incompleto.

O estudo possui limites, sobretudo por derivar de reanálise documental de pesquisa empírica situada e não pretender generalização estatística. Ainda assim, sua força reside precisamente na capacidade de oferecer uma interpretação teoricamente consistente sobre mecanismos estruturais de produção da evasão escolar em contexto rural específico. Pesquisas futuras podem ampliar a comparação entre diferentes territórios, etapas de escolarização e arranjos de política pública, aprofundando o exame de como distintas formas de desigualdade se combinam na produção de trajetórias interrompidas no campo.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Por um tratamento público da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", p. 54-62. 2004. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/contribuicoes-para-a-construcao-de-um-projeto-de.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Disponível em: <https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/por_uma_educao_do_campo.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. Disponível em: <https://biblioteca.unifesp.br/acervo/206183/referencia>. Acesso em: 19 abr. 2026.

BOWEN, G. A. ***Document analysis as a qualitative research method. Qualitative Research Journal***, v. 9, n. 2, p. 27-40, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CALDART, R. S. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso**. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 295-316. 2008. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/A_pesquisa_qualitativa.html?id=93KrPgAACAAJ>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000. Disponível em: <https://minhabiblioteca.com.br/catalogo/livro/81215/da-rela-o-com-o-saber/>. Acesso em: 19 abr. 2026.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2014. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/Research_Design.html?id=4uB76IC_pOQC>. Acesso em: 19 abr. 2026.

DUBET, F. **O que é uma escola justa? A escola das oportunidades**. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <https://www.amazon.com.br/que-uma-escola-justa-oportunidades/dp/8524913746>. Acesso em: 19 abr. 2026.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/>. Acesso em: 19 abr. 2026.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. O campo da educação do campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo", p. 32-53. 2004. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/contribuicoes-para-a-construcao-de-um-projeto-de.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2021. Disponível em: <https://www.cortezeditora.com.br/produto/educacao-e-a-crise-do-capitalismo-real-95>. Acesso em: 19 abr. 2026.

HAGE, S. A. M. **Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wRdr8Zb3jCBdnLYD3sFrWCn/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2026.

MOLINA, M. C.; ANTUNES-ROCHA, M. I. **Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores – reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/5252>. Acesso em: 19 abr. 2026.

NERI, M. C. (Coord.). **Motivos da evasão escolar**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/ibrecps/rede/finais/Etapa3-Pesq_MotivacoesEscolares_sumario_principal_anexo-Andre_FIM.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9788535916461/desenvolvimento-como-liberdade>. Acesso em: 19 abr. 2026.

SOUZA, M. A. **Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 120, p. 745-763, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3QpDmM9tDDh4TWYh5CmmHpB/?lang=pt>. Acesso em: 19 abr. 2026.